

# PORTO & MAR

## PF investiga desvio de recursos na Codesa

DESÃO PAULO

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Corsários, para investigar suposta organização criminosa que atuava na Companhia Docas do Espírito Santo, entre 2015 e 2018, direcionando licitações e desviando recursos públicos de contratos fechados com prestadoras de serviços, um deles para locação de veículos. A senadora Rose de Freitas é um dos alvos dos mandados de busca cumpridos no âmbito da ofensiva.

Ao todo, a PF vasculhou dez endereços de residências e empresas nos municípios de Vitória, Cariacica e Serra, no Espírito Santo, e em Brasília, no Distrito Federal. Além disso, os agentes cumprem dois mandados de prisão temporária. Um terceiro investigado foi preso em flagrante pelo crime de porte ilegal de armas, indicou a PF.

As ordens foram expedidas pelo ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, em razão dos indícios de envolvimento de Rose de Freitas, que tem foro por prerrogativa de função. O magistrado determinou ainda o sequestro de bens e valores dos investigados, diz a Polícia Federal.

Sobre o nome da operação, a PF explicou que corsário “era alguém que, por missão ou carta de corso de um governo, era autorizado a pilhar navios de outra na-

ção”. “De forma semelhante, as investigações mostraram que pessoas eram nomeadas por parlamentar com autoridade e influência, com a finalidade de desviar recursos públicos da área portuária, pilhando verbas do próprio governo ao qual pertenciam”, registrou a corporação em nota.

Segundo a PF, a ofensiva mira supostos crimes de concussão, corrupção passiva e ativa, organização criminosa, fraude a licitações e lavagem de capitais.

As investigações da Corsários tiveram início após denúncia sobre exigência de propinas por servidores da Codesa em contrato de locação de veículos. A Polícia Federal indica que também há indícios de fraudes em contratos firmados com outras empresas entre 2015 e 2018.

As apurações contaram com a colaboração da atual gestão da Codesa. Auditoria realizada pela empresa estima que, somente em dois dos contratos sob suspeita, a organização criminosa pode ter desviado R\$ 9 milhões.

A senadora Rose de Freitas informou que desconhece, “até o momento, as razões do mandado”. E reafirmou “não ter cometido qualquer ato ilícito ao longo dos oito mandatos exercidos na vida pública”. (Estadão Conteúdo)